

Rangel: emancipação é mal compreendida

Da sucursal de
PORTO ALEGRE

O ministro do Interior, Rangel Reis, atribuiu ontem as críticas ao seu projeto de emancipação dos índios a "pessoas que não conhecem o decreto". Segundo ele, a CNBB, o dizer que os índios ficarão à mercê de empresários rurais que terminarão por arrebatar suas terras, demonstra não ter visto o projeto de decreto que será encaminhado ao presidente Geisel. "Há uma incompreensão, observou o ministro, pois o problema ainda vai ser levado ao presidente e eu tenho absoluta certeza de que os índios serão extremamente favorecidos com o projeto".

Rangel Reis disse também que não aceitava o título de "inimigo número um dos índios" que a Associação Nacional de Proteção ao Índio lhe atribuiu. "Só não me considero o "amigo" número um do índio, porque acho que todos os brasileiros devem ser amigos dos índios. Eu não dou a menor importância àquela referência da Anai — enfatizou — porque o meu problema é com a minha consciência".

O ministro também não vê

contradição em promover a emancipação dos índios antes de totalmente demarcadas as reservas. "Em primeiro lugar nós não vamos apressar a emancipação, pois o decreto não visa isso; pelo contrário, o decreto visa proporcionar às comunidades indígenas condições delas se desenvolverem no tocante à parte econômica e social. Claro que, na medida em que isto acontecer, a integração e a emancipação virão como um processo natural e nós temos que seguir por este objetivo".

Depois de observar que "nunca se delimitou e demarcou tantas áreas indígenas como neste governo", o ministro não soube informar o número ou o percentual das reservas já demarcadas. Segundo ele, nunca a Funai teve um orçamento como o deste ano e em 1979, os resultados serão ainda maiores, por volta de Cr\$ 550 milhões.

ANAI

A regional do Paraná da Associação Nacional de Apolo ao Índio — ANAI divulgou ontem em Curitiba manifesto protestando contra o projeto de emancipação do índio que será enviado nos próximos dias ao presidente Geisel. A ANAI lamenta que justamente em 1978 — ano

limite que o próprio governo estipulou para demarcação das terras indígenas, "este mesmo governo venha impor o contrário: diminuição e uso arbitrário das terras dos índios brasileiros".

O projeto, segundo o manifesto, atenta contra a Constituição e o Estatuto do Índio, que em seu artigo 22 afirma: "As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste artigo, são inalienáveis da União". Lembra que o artigo 38 do mesmo estatuto observa que "as terras indígenas são inusucapáveis e sobre elas não poderá recair desapropriação, salvo o previsto no artigo 20".

O manifesto da ANAI lembra ainda o artigo 20 do Estatuto do Índio, dispondo sobre os casos em que é legal a desapropriação e mudança de tribos, para advertir que "nada mais resta concluir a não ser a evidência: o interesse pela usurpação e usufruto das terras indígenas, por grupos econômicos e, o que é mais lamentável, em nome de um desenfreado processo de desenvolvimento, sem o menor respeito às implicações humanas, sócio-culturais e históricas que tal procedimento venha acarretar".

Antropólogos pedem união contra projeto

Antropólogos e sociólogos ligados a diversas instituições de ensino divulgaram ontem um manifesto condenando o projeto de emancipação do índio, que será lido em ato público marcado para o dia 8 de novembro, no TUCA. O documento propõe a constituição de uma Comissão Pró-Índio e pede a adesão de outras entidades ao movimento.

O manifesto destaca que "este não é o momento de regulamentar a emancipação, mas o de pensar nas responsabilidades da tutela" e observa que "ao aprovar o Estatuto do Índio, o Estado comprometeu-se a garantir proteção adequada às comunidades indígenas e sua cultura, até que cheguem à situação de se integrarem harmoniosamente à Nação". E acrescenta: "Uma emancipação depende de uma tutela bem sucedida. Ora, os recursos previstos para levar a bom cabo essa tutela não foram esgotados, daí o despreparo das comunidades para

uma emancipação. Há, portanto, problemas muito mais prementes do que regulamentá-la. Entre eles, figura em prioridade absoluta a demarcação das terras indígenas que, pelo artigo 65 do Estatuto do Índio, deveria estar terminada até o fim deste ano. Estamos longe disso".

"Nós, antropólogos — diz o documento — também temos responsabilidades diante das populações indígenas. Nós, que durante tantos anos tentamos ser os porta-vozes de populações indígenas, devemos apoiar qualquer iniciativa que delas parta de expressarem, diretamente, suas reivindicações. Nesse sentido, devemos apoiar a iniciativa recente de organização de uma federação, por parte de representantes de comunidades indígenas". Por fim, o manifesto pede o apoio de indígenas, juristas, médicos, religiosos, jornalistas e da população em geral para que seja obtido algum resultado.